

## **ANEXO II**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **DO OBJETO.**

Contratação de empresa especializada na realização de Processo Seletivo para provimentos de empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

#### **DAS FUNÇÕES PÚBLICAS.**

O detalhamento das Funções Públicas, número de vagas, carga horária semanal de trabalho, referência salarial, valor da remuneração, requisitos para contratação são conforme seguem:

**DENTISTA** - Carga Horária Semanal = 20 horas; Remuneração = R\$ 1.816,00; Local de Atuação = Centro de Detenção Provisória (CDP); Vaga(s) = 02; Requisitos de Habilitação = Ensino Superior Completo, Habilitado no Conselho de Odontologia.

**ENFERMEIRO** - Carga Horária Semanal = 30 horas; Remuneração = R\$ 3.238,50; Local de Atuação = Centro de Detenção Provisória (CDP); Vaga(s) = 02; Requisitos de Habilitação = Ensino Superior Completo, com Habilitação e Registro no Conselho de Classe.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL** - Carga Horária Semanal = 20 horas; Remuneração = R\$ R\$ 9.906,00; Local de Atuação = Centro de Detenção Provisória (CDP); Vaga(s) = 02; Requisitos de Habilitação = Ensino Superior Completo com Registro no Conselho Regional de Medicina.

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM** - Carga Horária Semanal = 30 horas; Remuneração = R\$ 2.267,05; Local de Atuação = Centro de Detenção Provisória (CDP); Vaga(s) = 04; Requisitos de Habilitação = Curso Técnico Completo, com Registro no Conselho de Classe.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I)** - Carga Horária Semanal = 40 horas; Remuneração = R\$ 22,90 H/A; Local de Atuação = Instituições Educacionais das séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil; Vaga(s) = por eventual substituição do titular; Requisitos de Habilitação = Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil; ou Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil; ou Licenciatura em Pedagogia e habilitação de 2º grau para o magistério, ou equivalente, com formação para as séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil; ou habilitação adquirida através de Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB I, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS** - Carga Horária Semanal = 40 horas; Remuneração = R\$ 22,90 H/A; Local de Atuação = Instituições Educacionais do Ensino Fundamental; Vaga(s) = por eventual substituição do titular; Requisitos de Habilitação = Habilitação = Licenciatura em Educação Especial, conforme Parecer CEE 65/2015; Licenciatura em Pedagogia, com habilitação específica na área da deficiência; Licenciatura em Pedagogia ou Curso Normal Superior, com curso de especialização nos termos das Deliberações CEE 112/2012 e 197/2021; Licenciatura em Pedagogia com pós-graduação lato sensu em educação especial, educação inclusiva, áreas das deficiências (auditiva, visual, intelectual, física, surdo cegueira), transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA (PEB II)** - Carga Horária Semanal = 40 horas; Remuneração = R\$ 22,90 H/A; Local de Atuação = Instituições Educacionais do Ensino Fundamental; Vaga(s) = por eventual substituição do titular; Requisitos de Habilitação = Habilitação superior na área de educação profissional, técnica e tecnológica e experiência comprovada em cursos de formação profissional; ou educador com experiência comprovada na área de educação profissional.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – INGLÊS (PEB II)** - Carga Horária Semanal = 40 horas; Remuneração = R\$ 22,90 H/A; Local de Atuação = Instituições Educacionais do Ensino Fundamental; Vaga(s) = por eventual substituição do titular; Requisitos de Habilitação = Habilitação superior na área de educação profissional, técnica e tecnológica e experiência comprovada em cursos de formação profissional; ou educador com experiência comprovada na área de educação profissional.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO ARTÍSTICA (PEB II)** - Carga Horária Semanal = 40 horas; Remuneração = R\$ 22,90 H/A; Local de Atuação = Instituições Educacionais do Ensino Fundamental; Vaga(s) = por eventual substituição do titular; Requisitos de Habilitação = Habilitação superior na área de educação profissional, técnica e tecnológica e experiência comprovada em cursos de formação profissional; ou educador com experiência comprovada na área de educação profissional.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HISTÓRIA (PEB II)** - Carga Horária Semanal = 40 horas; Remuneração = R\$ 22,90 H/A; Local de Atuação = Instituições Educacionais do Ensino Fundamental; Vaga(s) = por eventual substituição do titular; Requisitos de Habilitação = Habilitação superior na área de educação profissional, técnica e tecnológica e experiência comprovada em cursos de formação profissional; ou educador com experiência comprovada na área de educação profissional.

As funções de Dentista, Enfermeiro, Médico Clínico Geral e Técnico em Enfermagem atuarão em exclusividade no Centro de Detenção Provisória (CDP).

O Professor de Educação Básica (PEB I) e Professor de Educação Básica II – História (PEB II) são de contratação eventual para suprir eventual necessidade de substituição de professor titular.

#### **DAS PROVAS.**

As provas para todas as Funções Públicas serão de natureza objetiva, mediante múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório, realizadas nos seguintes turnos:

Para as funções: Dentista, Enfermeiro, Médico Clínico Geral, Técnico em Enfermagem e Professor de Educação Básica (PEB I) e Professor de Educação Básica PEB I, Na Modalidade de Educação Especial para a Sala de Recursos Multifuncionais, as provas serão realizadas em um domingo, conforme calendário a ser determinado pela empresa realizadora do processo seletivo, a partir das oito horas.

Para as funções: Professor de Educação Básica II – Educação Física (PEB II); Professor de Educação Básica II – Inglês (PEB II); Professor de Educação Básica II – Educação Artística (PEB II) e Professor de Educação Básica II – História (PEB II), as provas serão realizadas no mesmo dia, de que trata o item anterior, a partir das treze horas.

**DAS CLASSIFICAÇÕES.**

Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente de pontuação em listas individuais para cada uma das funções públicas.

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.**

No objeto da contratação inclui-se: organização, planejamento das etapas, elaboração dos conteúdos e dos editais, aplicação de provas, correção e divulgação dos resultados, análise e contestações às eventuais impugnações em todas as fases, pareceres técnicos, bem como todas as fases/etapas inerentes a perfeita execução do objeto até sua homologação.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO.**

Elaboração do cronograma geral;

Elaboração de todos os programas de estudos do processo seletivo;

Elaboração do edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do processo seletivo, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo a prévia aprovação da Administração;

Elaboração de editais necessários para publicações divulgando o processo seletivo, provas, notas e classificação;

Disponibilização de estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário;

Os valores serão depositados em conta própria do município.

Elaboração do processo seletivo com observância de todas as leis municipais relativas aos mesmos;

Aplicar as provas do processo seletivo, em todas as fases, na sede do município, em local a ser determinado, previamente, pela Administração;

Elaboração, confecção, reprodução, aplicação e correção das provas;

Elaboração de edital divulgando o resultado parcial e final da seleção, com nome, número da inscrição e notas obtidas pelo candidato em cada prova e média final, bem como o nome de todos os não aprovados e daqueles que não comparecerem ao exame;

Resposta de eventuais recursos e/ou impugnações em todas as fases;

Elaboração do relatório final, contendo todos os atos da seleção pública, bem como exemplares de publicações a ele afetas, para homologação da autoridade municipal;

Entrega de todos os procedimentos ocorridos durante o processo seletivo de forma encadernada e em arquivo digital, até a sua homologação.

O presente Termo de Referência tem por objeto atender as necessidades Administrativas, nos termos da Lei 14.133/2021.

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações, sendo, portanto, cabível na modalidade pregão eletrônico cujo critério de julgamento será pelo menor preço, nos termos do inciso XLI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

**JUSTIFICATIVA.**

A contratação de empresa especializada na prestação dos serviços se justifica pela necessidade de garantir o cumprimento das normas legais e promover práticas sustentáveis nas atividades que impactam na área educacional.

Esse tipo de contratação oferece uma série de benefícios, como o conhecimento técnico necessário para realizar análise de risco, monitoramento e controle da eficácia do objeto a ser executado.

**RESULTADOS ESPERADOS.**

A eficácia na existência de lista classificatória de pessoal da área educacional, objetivando sua percução classificatória diante da necessidade de substituição de profissional titular, com afastamento à discricionariedade de contratações.

**CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**SUBCONTRATAÇÃO.**

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

**PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO.**

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme vedação cuja justificativa exigida pelo artigo 15 da Lei 14.133/2021, seguem:

**Incompatibilidade Técnica:** O objeto da licitação não exige união de empresas, pois pode ser atendido plenamente por uma única empresa comprometida.

**Risco à Execução:** A formação de consórcios poderia gerar dificuldades de gestão ou fiscalização do contrato.

**Limitação do Mercado:** O consórcio poderia reduzir a competitividade da licitação em mercados onde há um número vantajoso de potenciais fornecedores.

**SOLICITAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

A contratada deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente, após a assinatura do contrato.

**ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO.**

Os métodos e estratégias de execução dos serviços solicitados são aquelas definidas no Detalhamento do Objeto deste Termo de Referência.

**CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE.**

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

**GESTÃO DO CONTRATO.**

A gestora do contrato será a responsável pelo Departamento Pessoal, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso de sua execução e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora.

A fiscalização pela administração não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência dessas, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos.

#### **VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

O contrato terá validade por doze meses.

#### **ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações e exigências constantes no contrato, devendo ser corrigidos e/ou refeitos e/ou substituídos imediatamente após ciência do contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

#### **PRAZO DE PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria Municipal por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico à contratada após o recebimento definitivo das notas fiscais eletrônicas, devidamente conferidas e aprovadas pela administração.

A nota fiscal eletrônica deve ser emitida até cinco dias após a entrega e aceitação dos serviços e será paga em até trinta dias, contados da liquidação, mediante apresentação de Laudo de Medição dos Serviços prestados, emitido pelo servidor responsável, salvo reprovação de serviços ou da própria fatura.

Em cada nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, sendo que, não havendo destaque dos impostos, a administração efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigente e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

À nota fiscal deverá estar acompanhada do comprovante de todos os recolhimentos e impostos fiscais, previdenciários e sociais, trabalhistas, sindicais (se houver) individualmente, referente ao mês imediatamente anterior, como condição do pagamento.

Para cada nota fiscal eletrônica haverá o laudo de medição correspondente.

#### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.**

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global, observadas as exigências deste termo de referência, estudo técnico preliminar e edital.

#### **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS A PARTICIPAÇÃO**

Para habilitar os interessados em participar do certame serão exigidos, os seguintes documentos relativos a:

Habilitação Jurídica;

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

Qualificação Técnica Profissional e Operacional;

Qualificação Econômico Financeira;

Declarações Complementares.

## **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual dos Débitos Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Certidão(ões) ou atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos como o objeto da licitação.

A avaliação da(s) certidão(ões) ou atestado(s), será atendida pela soma delas em objeto compatível em características e quantidades, nas quais constem a realização de processo(s) seletivo(s) de no mínimo, 50% (cinquenta por cento), de um ou mais funções, assim consideradas:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEB I, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS;

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – INGLÊS (PEB II);

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HISTÓRIA (PEB II).

## **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício exigível;

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (ECD-SPED), pelo Agente Receptor SERPRO (Modelo), dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício exigível;

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS (Modelo Demonstrativo), dos dois últimos exercícios exigíveis;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o DEFIS, limitar-se-á ao último exercício exigível.

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial;

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura;

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);

Liquidez Corrente (LC); e

Endividamento (E).

Tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$$

$$LC = (AC / PC);$$

$$E = (PC + ELP) / PL.$$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

Serão exigidos índices de:

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de seu contador, devidamente identificados.

#### **DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

Junto as documentações, os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

Declaração de Idoneidade;

Declaração dos Requisitos de Habilitação;

Declaração de Não Vínculo;

Declaração de Exame do Edital;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital - ECD-SPED;

Declaração de Informações Sócio Econômicas e Fiscais – DEFIS;

Declaração que, se vencedora, irá disponibilizar pessoal técnico;

Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

Declaração de que no preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, estadias, alimentos, transportes, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste edital, relativo aos trabalhos objeto desta licitação;



**CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global do item, discriminando o preço unitário e total;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global do item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado ao contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

**DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO:**

Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

Responsabiliza-se por danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pelo contratante não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do contrato;

Comunicar ao contratante, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

Manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Manter conta bancária no nome empresarial da contratada, disponível para pagamento mediante depósito somente na conta do favorecido.

Elaborar e fornecer folha de resposta devidamente personalizada para cada candidato inscrito no processo seletivo de acordo com sua prova;

Elaboração dos editais, aplicação das provas, correção, gabaritos, classificação e resultados finais do processo seletivo, tudo disponibilizado pela internet em página da contratada, arcando com as despesas financeiras advindas destas execuções, bem como de pessoal próprio e todos os ônus correlatos até a homologação do certame. No edital resumido de publicação do processo seletivo deverá indicar o site para download e informação aos interessados;

Responsabiliza-se pelas respostas e correções de eventuais impugnações em quaisquer fases, bem como as defesas em face de processos administrativos ou judiciais, e acompanhamento até a fase final;

Elaborar, em prazo hábil o cronograma geral com planejamento detalhado de todos os procedimentos a serem adotados no que concerne à execução dos serviços e obter sua aprovação pelo contratante;

Elaborar o edital que regulamentará o processo seletivo em todas as suas etapas, respeitando as normas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a legislação pertinente;

Fazer constar no edital do processo seletivo os níveis de escolaridades para aplicação das provas em conformidade com a legislação pertinente e as exigências específicas, aplicando supletivamente a legislação municipal que estará à disposição da interessada;

Aplicar as provas de acordo com os níveis de escolaridades definidos pelo edital;

Do edital constará, obrigatoriamente, sem prejuízo de outros itens convenientes ou necessários ao bom andamento do processo seletivo, o seguinte:

Bibliografia de referência para os candidatos;

Informação de que a inscrição somente poderá ser realizada após confirmação do depósito;

Datas previstas para:

Divulgação dos locais de provas;

Realização das provas;

Divulgação dos resultados preliminares;

Interposição de recursos;

Resultado do julgamento dos recursos;

Divulgação dos resultados finais.

Indicação dos meios de comunicação que serão usados para informar aos interessados, qualquer alteração relevante;

Critérios de correção e contagem de pontos;

Nome e qualificação dos componentes da banca de correção;

Descrição, regras e modelos para apresentação de recursos;

Lista de medidas restritivas que serão impostas aos candidatos, para fins de segurança e garantia de sigilo, tais como vedação ao porte e uso de aparelhos eletrônicos, exigência de cabelos presos e orelhas descobertas, proibição do uso de óculos escuros, obrigatoriedade de uso de canetas transparentes, bem como qualquer outra imposição considerada necessária;

Atender e esclarecer as dúvidas dos interessados e candidatos mediante telefone, fax e correio eletrônico, em prazo de até 03 (três) dias. Os números de fax e telefone, endereço de e-mail, e endereço convencional devem constar do edital;

Manter banco de dados dos candidatos, contendo todas as informações colhidas nas inscrições bem como aquelas produzidas ao longo do processo seletivo, tais como incidentes, recursos, notas, etc.;

Sempre que o contratante assim requisitar, a contratada deverá entregar cópia desse banco ao contratante ou a quem ela indicar, por meio digital ou impresso;

Imediatamente após a conclusão, a contratada entregará ao contratante, independentemente de solicitação, uma cópia completa do banco, em meio digital;

Entregar, de forma impressa e em encadernação simples, todo procedimento realizado desde o edital até a homologação do processo seletivo, inclusive impugnações, recursos, defesas, etc.;

A contratada não poderá usar as informações do banco de dados para nenhum outro fim que não seja o processo seletivo;

O formato dos arquivos do banco de dados será aquele indicado pelo contratante;

Providenciar o atendimento especializado aos portadores de deficiência, tanto na fase de inscrição quanto na fase de provas, de acordo com as especificidades dos casos apresentados (motora, auditiva, visual);

Elaborar, enviar impresso ao contratante, e disponibilizar em site próprio de internet, o edital das inscrições deferidas, informando ou confirmando local, data e horário da aplicação das provas;

Elaborar, reproduzir, aplicar e corrigir as provas;

Disponibilizar estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário;

A contratada, por sua livre conveniência e de acordo com seu entendimento, poderá elaborar provas com questões de múltipla escolha ou com questões de múltipla escolha e abertas, devendo informar no edital os quantitativos de cada uma e o peso atribuído;

As matérias/disciplinas a serem aplicadas são por entendimento da contratada, quanto à especificidade;

As questões elaboradas pela contratada ficarão em poder somente dela em sigilo absoluto não podendo ser entregues para nenhum representante do contratante ou qualquer outra pessoa;

O vazamento de informações sigilosas referentes à inerência da boa aplicação do processo seletivo é responsabilidade da contratada;

As provas realizadas deverão ser arquivadas pela contratada, em local de sigilo desta, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos devendo ser apresentadas antes desta data para efeitos de eventual ação judicial;

Divulgar no prazo máximo de duas horas após o horário de encerramento das provas o gabarito, em sítio da Internet da contratada previamente divulgado, inclusive no edital;

Encaminhar ao contratante, imediatamente no próximo dia útil após o encerramento das provas, o gabarito para ser afixado em local público da Prefeitura Municipal;

Elaborar, publicar e disponibilizar em site próprio de Internet, da contratada, com prazo razoável, o edital com o resultado das provas, indicando nome, número de inscrição e notas individuais de cada candidato, sua média final e ordem de classificação;

Informar no edital que será excluído do certamente qualquer candidato que falte a prova;

Examinar e julgar os recursos interpostos pelos candidatos com parecer fundamentado e individualizado;

Apresentar relatório sumário sobre as ocorrências relevantes, incluindo cópia dos recursos e seus julgamentos;

Assegurar todas as condições para que a Prefeitura Municipal possa fiscalizar a execução dos serviços;

Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve à anulação do processo seletivo arcando com todos os ônus dele decorrentes, mesmo na ausência de culpa ou dolo, desde que comprovado o nexo causal entre ação e omissão da contratada e a anulação;

Realizar o processo seletivo com a observância estrita dos princípios constitucionais que regem a matéria, respeito às leis, à moralidade pública e à isonomia entre os concorrentes;

Prover o processo seletivo adequando-o no que couber.

#### **DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE.**

Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo;

Rejeitar qualquer serviço se não executado de acordo com as normas estabelecidas;

Regressar contra a contratada no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da execução dos serviços objeto do contrato;

Efetuar todas as publicações legais relativas ao Processo Seletivo;

Fornecer instalações físicas para a realização do processo seletivo, mediante a quantidade solicitada pela contratada;

Receber os eventuais recursos administrativos e encaminhá-los a contratada para julgamento;

Designar a Comissão Coordenadora;

Fiscalizar a execução do contrato;

Receber em conta bancária própria do município, os valores depositados pelas inscrições;

Subsidiar a contratada com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do contrato;

Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços;

Executar o pagamento a contratada, da forma disposta.

#### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Atrasar na entrega do objeto contratado.

Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.